

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 26, inciso IX, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e considerando as disposições do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procurador do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, o Doutor DANILO NUNES VASCONCELOS, habilitado em 1º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho do Doutor Erlan José Peixoto do Prado, CPF nº 428.799.571-68, Portaria PGR/MPU nº 110, de 2/10/2019, publicado no DOU de 4/10/2019, em vaga criada pela Lei nº 8.470/1992.

Art. 2º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora CAMILLA MELLO E LIMA, habilitada em 2º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho do Doutor Dennis Borges Santana, CPF nº 546.865.556-04, Portaria PGR/MPU nº 120, de 29/10/2019, publicado no DOU de 11/11/2019, em vaga criada pela Lei nº 9.068/1995.

Art. 3º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora GLEYCE AMARANTE ARAÚJO GUIMARÃES, habilitada em 25º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, 1º lugar da Lista Especial - Pessoa Negra, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procuradora Regional do Trabalho da Doutora Ludmila Reis Brito Lopes, CPF nº 789.681.511-72, Portaria PGR/MPU nº 5, de 16/1/2020, publicada no DOU de 21/1/2020, em vaga criada pela Lei nº 8.469/1992.

Art. 4º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora MARIANA FURTADO GUIMARÃES, habilitada em 3º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da aposentadoria do Procurador do Trabalho Luis Antonio Vieira, CPF nº 478.717.419-34, Portaria PGT nº 1125, de 28/8/2019, publicada no DOU de 2/9/2019, em vaga criada pela Lei nº 8.423/1992.

Art. 5º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora CLÁUDIA LETÍCIA ALBA COLUCCI RESENDE, habilitada em 4º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procuradora Regional do Trabalho da Doutora Francisca Helena Duarte Camelo, CPF nº 258.596.333-00, Portaria PGR/MPU nº 51, de 4/3/2020, publicada no DOU de 6/3/2020, em vaga criada pela Lei nº 8.465/1992.

Art. 6º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora PAULA BUENO RAVENA, habilitada em 5º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procuradora Regional do Trabalho da Doutora Adriane Arnt Herbst, CPF nº 480.378.930-49, Portaria PGR/MPU nº 92, de 7/5/2020, publicada no DOU de 6/5/2020, em vaga criada pelo parágrafo 4º do artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora CLAIZ MARIA PEREIRA GUNÇA DOS SANTOS, habilitada em 6º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procuradora Regional do Trabalho da Doutora Ana Cristina Desirée Barreto Fonseca Tostes, CPF nº 416.181.141-15, Portaria PGR/MPU nº 84, de 2/4/2020, publicada no DOU de 3/4/2020, em vaga criada pela Lei nº 8.414/1992.

Art. 8º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora JULIANA DE OLIVEIRA GOIS, habilitada em 29º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, 2º lugar da Lista Especial - Pessoa Negra, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho do Doutor Rosivaldo da Cunha Oliveira, CPF nº 538.216.704-44, Portaria PGR/MPU nº 105, de 12/6/2020, publicada no DOU de 15/6/2020 em vaga criada pela Lei nº 8.415/1992.

Art. 9º Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procurador do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, o Doutor PEDRO GUIMARÃES VIEIRA, habilitado em 7º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da promoção ao cargo de Procuradora Regional do Trabalho da Doutora Simone Beatriz Assis de Rezende, CPF nº 286.288.611-49, Portaria PGR/MPU nº 135, de 9/9/2020, publicada no DOU de 11/9/2020, em vaga criada pela Lei nº 8.470/1992.

Art. 10. Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procurador do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, o Doutor OLAF SCHYRA, habilitado em 8º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da vacância do Procurador do Trabalho Ricardo Bruel da Silveira, CPF nº 147.440.688-20, pela Portaria PGT nº 1137 de 23/7/2020, publicada no DOU de 24/7/2020, em vaga criada pela Lei nº 6.915/1981.

Art. 11. Nomear para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Procuradora do Trabalho, da carreira do Ministério Público do Trabalho, a Doutora FERNANDA BARRETO NAVES, habilitada em 9º lugar no 21º Concurso Público de provas e títulos, em vaga decorrente da vacância do Procurador do Trabalho Jeibson dos Santos Justiniano, CPF nº 511.834.472-72, pela Portaria PGT nº 1700 de 30/11/2020, publicada no DOU de 2/10/2020, em vaga criada pela Lei nº 7.991/1990.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 1.014, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 27 c/c art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o previsto no art. 24 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, e tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.018817/2018-16, resolve:

Art. 1º Designar os Procuradores da República TIAGO MODESTO RABELO, WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS, LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES, IVAN CLAUDIO GARCIA MARX, SADI FLORES MACHADO e IGOR LIMA GOETTENAUER DE OLIVEIRA para atuarem, pelo prazo de 6 (seis) meses, em conjunto com a Procurador da República ADRIANO AUGUSTO LANNA DE OLIVEIRA, titular do 1º Ofício da Procuradoria da República no Município de Marabá/PA, nos Procedimentos Investigatórios Criminais nºs 1.23.001.000017/2014-19, 1.23.001.000025/2014-57, 1.23.001.000011/2014-33, 1.23.001.000012/2014-88, 1.23.001.000015/2014-11, 1.23.001.000016/2014-66, 1.23.001.000031/2014-12, 1.23.001.000035/2014-92, 1.23.001.000043/2014-39, 1.23.001.000044/2014-83, 1.23.001.000048/2014-61, 1.23.001.000051/2014-85 e 1.23.001.000269/2017-82.

Art. 2º Designar os Procuradores da República TIAGO MODESTO RABELO, WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS, LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES, IVAN CLAUDIO GARCIA MARX, SADI FLORES MACHADO e ADRIANO AUGUSTO LANNA DE OLIVEIRA para atuarem, pelo prazo de 6 (seis) meses, em conjunto com a Procurador da República IGOR LIMA GOETTENAUER DE OLIVEIRA, titular do 2º Ofício da Procuradoria da República no Município de Marabá/PA, nos Procedimentos Investigatórios Criminais nºs 1.23.001.000033/2014-01, 1.23.001.000036/2014-37, 1.23.001.000042/2014-94, 1.23.001.000013/2014-22, 1.23.001.000019/2014-08, 1.23.001.000021/2014-79, 1.23.001.000024/2014-11, 1.23.001.000026/2014-00, 1.23.001.000046/2014-72, 1.23.001.000057/2014-52, 1.23.001.000039/2014-71, 1.23.001.000040/2014-03 e 1.23.001.000047/2014-17.

Art. 3º Designar os Procuradores da República TIAGO MODESTO RABELO, WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS, LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES, IVAN CLAUDIO GARCIA MARX, IGOR LIMA GOETTENAUER DE OLIVEIRA e ADRIANO AUGUSTO LANNA DE OLIVEIRA para atuarem, pelo prazo de 6 (seis) meses, em conjunto com a Procurador da República SADI FLORES MACHADO, titular do 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Marabá/PA, nos Procedimentos Investigatórios Criminais nºs 1.23.001.000028/2014-91, 1.23.001.000029/2014-35, 1.23.001.000272/2017-04, 1.23.001.000049/2014-14, 1.23.001.000050/2014-31, 1.23.001.000052/2014-20, 1.23.001.000055/2014-63, 1.23.001.000273/2017-41, 1.23.001.000056/2014-16, 1.23.001.000058/2014-05, 1.23.001.000053/2014-74 e 1.23.001.000270/2017-15.

Art. 4º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS

PORTARIA PGR/MPF Nº 1.045, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe foi atribuída pelo artigo 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir de 28 de dezembro de 2020, HELIO JORGE OLIVEIRA PAIXAO, cedido ao Ministério Público Federal pela Polícia Civil do Estado da Bahia, matrícula nº 30643, do cargo em comissão de Assessor Especial Nível VI, CC-6, da Assessoria Especial Jurídica do Gabinete do Procurador-Geral da República.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 701, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS em exercício, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO os termos do art. 12, § 3º, da Portaria PGR/MPU nº 32, de 30/8/2019, publicada no BS/MPF nº 9/2019, e CONSIDERANDO o teor do Tabularium nº 08191.145028/2020-39, resolve:

Designar LANDELINO FRANCISCO DE SOUZA, matrícula 526-6, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para substituir, no período de 18 a 20/1/2021, o cargo em comissão de Coordenador Administrativo do Gabinete da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Samambaia, código CC-01 (77000001).

SELMA SAUERBRONN

PORTARIA Nº 702, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS em exercício, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO o teor do Tabularium nº 08191.146517/2020-16, resolve:

Designar o servidor LUIZ GUSTAVO RABELO CARNEIRO, matrícula 5629-4, em vínculo do quadro do Superior Tribunal de Justiça, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Políticas Públicas da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão, código CC-03 (59000008).

SELMA SAUERBRONN

PORTARIA Nº 703, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS em exercício, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO o teor do Tabularium nº 08191.148022/2020-13, resolve:

Exonerar, a contar de 29/12/2020, o servidor JOFRAN LIMA ROSENO, matrícula 5422-4, Auditor Federal de Finanças e Controle do quadro da Controladoria-Geral da União, do cargo em comissão de Assessor Especial de Promotoria de Justiça da Assessoria Técnica - PRODEP e PROREG da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código CC-04 (66001114).

SELMA SAUERBRONN

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 349, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05 de maio de 2015, resolve:

Dispensar, a partir de 07/01/2021, ELDER JONES FERREIRA, matrícula nº 21230, ocupante do cargo Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Assistente, FC-3, da Assessoria da Procuradoria Regional Eleitoral, desta Procuradoria Regional da República da 3ª Região.

ROSANE CIMA CAMPIOTTO

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 209, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020.

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 31, inciso I, do Regimento Interno, combinado com o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-023.068/2017-5, resolve:

ALTERAR, a partir de 10 de dezembro de 2020, o fundamento legal da Portaria-TCU nº 426, de 18 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 180 de 19 de setembro de 2017, Seção 2, pág. 111, que concedeu aposentadoria a MÍRIAN BENÍCIO PINHEIRO, matrícula nº 2025-7, no cargo de Técnico Federal de Controle Externo, Área Apoio Técnico e Administrativo, Especialidade Técnica Administrativa, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal para excluir o art. 2º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, em cumprimento ao Acórdão nº 12369/2020-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão de 3 de novembro de 2020, permanecendo inalterados os demais fundamentos aplicados.

ANA ARRAES

PORTARIA-TCU Nº 210, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2020.

A VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 31, inciso I, do Regimento Interno, combinado com o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e tendo em vista as informações constantes do processo nº TC-006.723/2016-0, resolve:

ALTERAR, a partir de 8 de dezembro de 2020, o fundamento legal da Portaria-TCU nº 92, de 1º de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União Edição nº 63, de 4 de abril de 2016, Seção 2, pág. 60, que concedeu aposentadoria a RONILDO FERREIRA NUNES, matrícula nº 2652-2, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, Área

